



GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA NO ESTADO DA BAHIA: ANÁLISE DO ESTÁGIO ATUAL EM RELAÇÃO AO LICENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

SHARED ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE STATE OF BAHIA: ANALYSIS OF THE CURRENT STAGE IN RELATION TO THE LICENSING OF BASIC SANITATION PUBLIC ACTIONS AND SERVICES

GESTIÓN AMBIENTAL COMPARTIDA EN EL ESTADO DE BAHÍA: ANÁLISIS DE LA ETAPA ACTUAL EN RELACIÓN AL LICENCIAMIENTO DE ACCIONES Y SERVICIOS PÚBLICOS DE SANEAMIENTO BÁSICO

Hugo Vítor Dourado de Almeida¹
Luiz Roberto Santos Moraes²
Luciana Espinheira da Costa Khoury³
Dilmar Ribeiro Dourado⁴

DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-082

Received: Feb 20th, 2025

Accepted: Mar 10th, 2025



RESUMO

A gestão ambiental é um processo de mediação de conflitos no uso dos recursos ambientais, coordenado pelo Poder Público, por meio de instrumentos como o licenciamento ambiental-LA. A Lei Complementar-LC n. 140/2011 estabeleceu critérios para repartição de competência para a gestão ambiental entre os entes federados, em especial quanto ao LA. A descentralização da gestão ambiental para a esfera municipal de governo tem promovido maior agilidade nos processos de licenciamento de atividades de menor impacto e novas oportunidades de acesso a recursos, porém são encontrados problemas referentes ao adequado procedimento e cumprimento de requisitos para o LA. O artigo tem como objetivo apresentar uma análise da gestão ambiental local no estado da Bahia, identificando seu estágio em relação ao LA de ações e serviços públicos de saneamento básico. Realizou-se trabalho exploratório, utilizando-se como procedimentos pesquisas bibliográfica e documental, e métodos de análise

¹ Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento. Universidade Federal da Bahia. Rua Aristides Novis, 2, 4º andar-DEA, Sala 11, Federação, Salvador, Bahia, CEP: 40.210-630. E-mail: hugodourado@hotmail.com

² Doutor em Saúde Ambiental. University of London. Rua Aristides Novis, 2, 4º andar-DEA, Sala 11, Federação, Salvador, Bahia, CEP: 40.210-630. E-mail: moraes@ufba.br

³ Mestre em Direito Ambiental. Universidade Federal da Bahia. Av. Joana Angélica, 1312, Sala 213-MPBA, Nazaré, Salvador, Bahia, CEP 40.050-003. E-mail: luciananusf@gmail.com

⁴ Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia. Av. Joana Angélica, 1312, Sala 213-MPBA, Nazaré, Salvador, Bahia, CEP 40.050-003. E-mail: dildourado@hotmail.com

quantitativos e qualitativos. Os resultados indicam que a gestão ambiental local no estado da Bahia, apresenta maior número relativo de municípios licenciando em comparação aos demais estados do Nordeste e outros do Brasil. Isso não significa boa gestão ambiental municipal ou avanço no LA das ações e serviços públicos de saneamento básico, pois, em muitos casos, não atendem aos requisitos previstos na referida LC, indispensáveis ao Município para exercer competência licenciatória. Mais de 75% dos municípios baianos se declaram capazes de exercer o LA, podendo, em diferentes níveis de abrangência, licenciar atividades na área de saneamento básico, porém não significa que esses processos estejam assegurando efetivo controle ambiental.

Palavras-chave: Gestão ambiental local; saneamento básico; licenciamento ambiental; Bahia.

ABSTRACT

Environmental management is a process of mediating conflicts in the use of environmental resources, coordinated by the Government, through instruments such as environmental licensing (LA). Complementary Law (LC) No. 140/2011 established criteria for the distribution of powers for environmental management among the federated entities, especially regarding the LA. The decentralization of environmental management to the municipal sphere of government has promoted greater agility in the licensing processes for activities with lower impact and new opportunities for access to resources, but problems have been found regarding the adequate procedure and compliance with requirements for the LA. The article aims to present an analysis of local environmental management in the state of Bahia, identifying its stage in relation to the LA of public actions and services of basic sanitation. Exploratory work was carried out, using bibliographic and documentary research as procedures, and quantitative and qualitative analysis methods. The results indicate that local environmental management in the state of Bahia has a greater relative number of municipalities licensing compared to other states in the Northeast and others in Brazil. This does not mean good municipal environmental management or progress in the implementation of basic sanitation public actions and services, since, in many cases, they do not meet the requirements set forth in the aforementioned LC, which are essential for the Municipality to exercise licensing authority. More than 75% of Bahian municipalities declare themselves capable of exercising the LA, and may, at different levels of scope, license activities in the area of basic sanitation, but this does not mean that these processes are ensuring effective environmental control.

Keywords: Local environmental management; basic sanitation; environmental licensing; Bahia.

RESUMEN

La gestión ambiental es un proceso de mediación de conflictos en el uso de los recursos ambientales, coordinado por las Administraciones Públicas, a través de instrumentos como la licencia ambiental-LA. Ley Complementaria-LC No. 140/2011 estableció criterios para la distribución de competencias en materia de gestión ambiental entre las entidades federativas, especialmente en lo relativo a la AL. La descentralización de la gestión ambiental hacia la esfera municipal de gobierno ha promovido una mayor agilidad en los procesos de licenciamiento de actividades de menor impacto y nuevas oportunidades de acceso a recursos, sin embargo, se encuentran problemas en cuanto al adecuado trámite y cumplimiento de requisitos para el licenciamiento de actividades de menor impacto. El artículo tiene como objetivo presentar un análisis de la gestión

ambiental local en el estado de Bahía, identificando su etapa en relación a la gestión ambiental local de las acciones y servicios públicos de saneamiento básico. Se realizó un trabajo exploratorio, utilizando procedimientos de investigación bibliográfica y documental, y métodos de análisis cuantitativos y cualitativos. Los resultados indican que la gestión ambiental local en el estado de Bahía tiene un mayor número relativo de municipios licenciados en comparación con otros estados del Nordeste y otros de Brasil. Esto no significa una buena gestión ambiental municipal ni avances en la AL de las acciones y servicios públicos de saneamiento básico, pues, en muchos casos, no cumplen los requisitos establecidos en la citada LC, que son imprescindibles para que el Municipio pueda ejercer las potestades de licenciamiento. Más del 75% de los municipios bahianos se declaran aptos para ejercer la LA, pudiendo, en diferentes niveles de alcance, licenciar actividades en el área de saneamiento básico, pero eso no significa que esos procesos estén asegurando un efectivo control ambiental.

Palabras clave: Gestión ambiental local; saneamiento básico; licenciamiento ambiental; Bahía.

1. Introdução

O meio ambiente pode ser entendido como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981, s.p.). Tendo em vista que as riquezas naturais são limitadas, é comum a ocorrência de conflitos em seu uso. Assim, a gestão ambiental surge como um processo para mediar os diferentes interesses envolvidos, cabendo ao Poder Público utilizar-se de instrumentos como o licenciamento ambiental, a avaliação de impacto ambiental, a criação e o gerenciamento de áreas ambientalmente protegidas, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a fiscalização, entre outros, para a adequada gestão dos recursos ambientais envolvidos (Quintas, 2006).

A menor unidade territorial autônoma prevista no ordenamento constitucional brasileiro é o município. Nessa esfera territorial é que são utilizados os recursos ambientais e onde se espera que sejam aplicados os princípios, diretrizes e instrumentos da gestão ambiental, pois são eles que possuem melhor capacidade de reconhecer e valorizar as suas riquezas socioambientais e potencialidade de proteção em seus limites territoriais. Todavia, o desenvolvimento e estruturação de órgãos locais para aplicação desses instrumentos pelo município é algo, de certa forma, recente no

ordenamento legal brasileiro e sua implementação requer compromisso e investimento do Poder Público local e de apoio dos outros entes da federação.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23) “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (inciso VI) e “preservar as florestas, a fauna e a flora” (inciso VII). Em seu art. 30, a Carta Magna esclarece que compete aos Municípios, entre outros, “legislar sobre assuntos de interesse local” (inciso I) e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (inciso II) (Brasil, 1988, s.p.). A Resolução Conama n. 237/1997, por sua vez, estabelece competência dos órgãos ambientais municipais para licenciar “empreendimentos e atividades de impacto ambiental local”, assim como realizar processos de licenciamento nas situações delegadas pelo Estado, por meio de instrumento legal ou convênio (Brasil, 1997), desde que atendidas algumas condições.

Contudo, devido à falta de regulamentação do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, que atribui a leis complementares a responsabilidade de fixar normas de cooperação e de definição de competência entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os órgãos ambientais estaduais ficaram responsáveis pela maior parte dos processos de licenciamento ambiental e por implementar as demais ferramentas de gestão ambiental, ficando sobrecarregados devido ao número de processos de licenciamento ambiental sob sua responsabilidade (Brasil, 2009). Além disso, problemas de conflitos de competência entre órgãos estaduais e municipais prejudicaram mais ainda o avanço da implementação da Política Nacional de Meio Ambiente.

Com a edição da Lei Complementar-LC n. 140, de 8 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), que regulamentou os incisos III, VI e VII do Art. 23 da Constituição Federal, foram estabelecidos critérios específicos para repartição de competência para a gestão ambiental entre os federados, em especial quanto ao licenciamento ambiental (Araújo, 2013, p. 503). Com isso, avançou-se no processo de estruturação de sistemas locais de gestão ambiental. No entanto, no estado da Bahia, já havia a previsão do licenciamento ambiental pelos municípios desde 2009, a partir da previsão na Resolução Cepam n.

3.925/2009, que previa em seus arts. 5º e 6º o que seria considerado de impacto local e no seu art. 7º os requisitos para o Município poder efetuar esse instrumento da política. Com isso o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada foi implantado na Bahia antes mesmo da publicação da LC n. 140/2011.

Conforme tratam alguns autores de trabalhos na área de meio ambiente ou outras correlatas, pode-se observar que o processo de descentralização da gestão ambiental à esfera municipal de governo, por meio de uma gestão ambiental compartilhada ou gestão ambiental local, promoveu uma maior agilidade nos processos de licenciamento de atividades de menor impacto (Vieira; Weber, 2008) e novas oportunidades de acesso a recursos para gestão ambiental local por meio da cobrança de taxas de licenciamento (Carvalho et al., 2005) ou pelo uso dos condicionantes de licenças (Almeida, 2016). Além disso, o processo fomentou iniciativas de cooperação horizontal entre órgãos municipais em torno da questão ambiental (Neves, 2013). Na Bahia, a diferença da maioria dos estados brasileiros se explica diante do grande incentivo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema, para que os municípios realizassem a ação de licenciamento ambiental, estimulando a implementação deste instrumento de gestão ambiental pelos Municípios. Houve um grande estímulo com oferta de apoio com técnicos e equipamentos para os Municípios que estivessem em consórcio, quando todos os consorciados se declarassem capazes e nível 3, maior dos patamares de licenciamento, previsto nas Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepram).

Por outro lado, a maioria dos municípios não estava preparada para assumir tal função pela falta de expertise nesta atuação que historicamente veio acontecendo por meio da União e do Estado, pela ausência de Conselho de Meio Ambiente ativo, falta de corpo técnico específico para tratar dos assuntos de meio ambiente (Guilherme; Henkes, 2013) para a fiscalização ambiental e para o licenciamento ambiental e falta de garantias de acesso a recursos da União e estados para a área ambiental (Chiesa, 2009).

Assim, apesar de o município atualmente dispor de autonomia para organizar sua gestão ambiental local, é importante para o sucesso da gestão

ambiental municipal a interação com as demais esferas de governo responsáveis pelo meio ambiente, por meio do Sistema Municipal de Meio Ambiente (Vieira; Weber, 2008). Torna-se ainda essencial que para que a atuação no licenciamento ambiental possa ser exercida pelo Município de modo a assegurar a proteção ambiental, garantindo o cumprimento da função do licenciamento ambiental, possam estar presentes os requisitos da LC n. 140/2011 acima citados: dispor de Conselho de Meio Ambiente Ativo; dispor de Órgão Ambiental Capacitado; além de Política Municipal de Meio Ambiente (Khoury, 2018, p. 54). Vale ainda dizer, que utilizando-se do conceito construído pela interpretação do Projeto Município Ecolegal desenvolvido pelo Ministério Público da Bahia, considera-se Órgão Ambiental Capacitado para exercer o licenciamento ambiental que “A equipe para licenciamento ambiental deverá conter profissionais do meio físico, biótico e socioeconômico de acordo com a vocação político-econômica local, em número suficiente e compatível com a demanda” (Khoury, 2018, p. 50), devendo a equipe ser constituída de profissionais concursados próprios ou em consórcio. Caso o Órgão Ambiental não possua esse requisito ou outro, deverá comunicar à Sema para assim atuar supletivamente no licenciamento ambiental, nos termos do art. 15 da LC n. 140/2011.

Uma das políticas públicas que interagem com a área de meio ambiente é a de saneamento básico, que contempla as ações e serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Para Paim (2011), as ações de saneamento básico caracterizam-se por serem transversais em relação a outras políticas públicas, sendo uma intervenção complexa, que necessita de um marco conceitual balizador que possibilite o diálogo com outras políticas públicas setoriais. Heller (2013) considera usual se reconhecer inter-relações entre a área de saneamento básico e outras áreas das políticas públicas, como a de meio ambiente.

Deficiências no serviço público de limpeza urbana ocasionam diversos impactos ao meio ambiente e para saúde humana, por exemplo, o acúmulo de resíduos sólidos em corpos d’água que, por sua vez, podem poluir os mananciais

utilizados para o abastecimento de água. Requisitos inadequados no licenciamento ambiental de estações de tratamento de esgoto podem ocasionar cargas poluidoras em desacordo com a capacidade de autodepuração de um manancial superficial. Além disso, para implantação de um aterro sanitário para disposição de rejeitos ou de uma estação de tratamento de água ou esgoto em área afastada de centros urbanos pode ser necessária a supressão de vegetação nativa. Ou seja, há várias interações possíveis entre a área de saneamento básico e o meio ambiente.

Dessa forma, esse artigo tem como objetivo apresentar uma análise da situação da gestão ambiental local no Estado da Bahia, identificando sua capacidade de garantir o que foi proposto à esfera municipal, seu estágio atual, em relação ao licenciamento ambiental das ações e serviços públicos de saneamento básico. Ressalta-se que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental, e que sua aplicação isolada não configura uma gestão ambiental. Contudo, optou-se por escolher esse tema dada a sua relevância para a gestão ambiental. Considera-se que o entendimento da organização e estrutura de governança da área ambiental no Brasil é crucial para o sucesso da gestão ambiental. Do ponto de vista acadêmico, deve-se destacar que poucos artigos fazem tal análise, relacionando a gestão ambiental, em especial o licenciamento ambiental, com o saneamento básico. Assim, considera-se que o presente artigo aborda um campo ainda pouco estudado.

2. Materiais e Métodos

De acordo com seu objetivo, o presente trabalho pode ser classificado como do tipo exploratório, uma vez que tem como finalidade conhecer e buscar mais familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal "o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições".

Para sua realização foram empregados como procedimentos técnicos as pesquisas do tipo bibliográfica e documental. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, a partir de instrumentos de busca na internet, tais como o Google Acadêmico ou portais de periódicos como o Scielo, foram realizadas pesquisas utilizando-se os seguintes descritores: gestão ambiental; gestão ambiental local; gestão ambiental compartilhada; licenciamento ambiental compartilhado; saneamento básico; licenciamento ambiental municipal; entre outros.

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental é bastante parecida com a bibliográfica, contudo diferencia-se por se basear em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Para Markoni e Lakatos (2003, p. 174) nesse tipo de pesquisa a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Quanto à pesquisa documental, foram consultados portais na internet, tais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ibge (Ibge, 2019, 2020), do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada do Estado da Bahia (GAC, 2021), entre outros, e foram pesquisadas leis e normativos federais e estaduais diversos relativos à gestão ambiental. Ainda, foram consultados diagnósticos e relatórios do Projeto Município Ecolegal realizado pelo Ministério Público da Bahia, voltado para a gestão ambiental municipal, que vem sendo implementado desde 2012 com o objetivo de cobrar, fiscalizar e apoiar a implementação dos Sismumas.

No tocante aos dados do IBGE, foram levantadas informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Munic que realiza levantamento de informações sobre as instituições públicas municipais, em relação a estrutura, dinâmica, funcionamento, entre outros, compreendendo diferentes eixos temáticos, sendo realizada para todos os municípios do País. De acordo com informações constantes no sítio do Ibge na internet, as últimas 4 (quatro) pesquisas Munic foram realizadas em 2019, 2018, 2017 e 2015 (Ibge, 2021). Contudo, as pesquisas de 2019 e 2018 não apresentaram eixos específicos voltados para a área ambiental, apresentando poucos dados de maior relevância para o presente trabalho. A pesquisa de 2017, por sua vez, apresentou o eixo “Meio Ambiente”, mas não contemplou pesquisa sobre a existência de licenciamento ambiental por órgãos municipais, aspecto central desse trabalho. Assim, para o presente trabalho foi considerada a pesquisa Munic de 2015, pois

possuía um eixo específico voltado para o meio ambiente (“Gestão Ambiental”), e apresentava dados específicos sobre a realização de licenciamento ambiental por órgão municipal.

Para análise das informações coletadas foram usados métodos tanto quantitativos como qualitativos. Assim, quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa pode ser caracterizada como do tipo quali-quantitativa. Segundo Michel (2009, p. 37), a pesquisa qualitativa “se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos”. De acordo com Moresi (2003, p. 64), deve-se empregar uma pesquisa quantitativa quando “se quer determinar o perfil de um grupo de pessoas, baseando-se em características que elas têm em comum (como demográficas, por exemplo)”.

Além da análise qualitativa das características da Gestão Ambiental Compartilhada no Estado da Bahia a partir de legislações e de informações oficiais, empregaram-se análises quantitativas simplificadas, baseadas em gráficos elaborados, comparação entre valores absolutos etc. Isso foi feito para complementar a análise das informações levantadas e permitir conclusões mais aderentes à realidade do objeto do estudo.

3. Resultados e Discussão

3.1 Panorama da Gestão Ambiental Local/Municipal no Estado da Bahia a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Munic do IBGE

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Munic do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Ibge realiza levantamento de informações sobre as instituições públicas municipais em relação a estrutura, dinâmica, funcionamento, entre outros, compreendendo diferentes eixos temáticos.

Conforme consta no sítio do Ibge na internet, a pesquisa Munic de 2015 contemplou as prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, apresentando dados pertinentes aos seguintes eixos: Recursos Humanos; Planejamento Urbano;

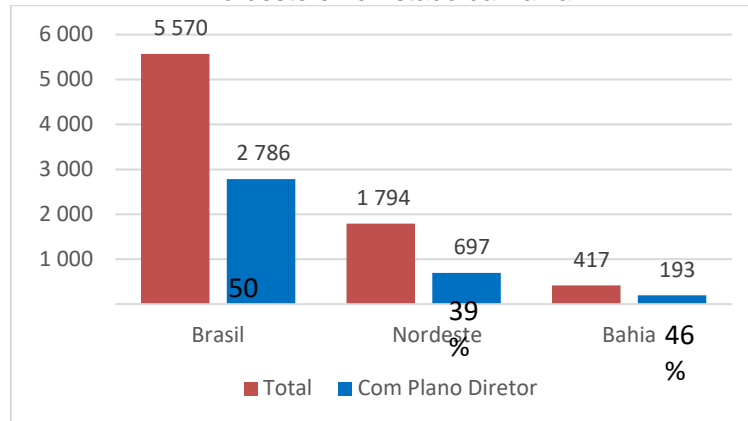
Recursos Para a Gestão; Terceirização e Informatização; Gestão Ambiental; e Articulação Interinstitucional. Para cada eixo, as várias tabelas foram analisadas, buscando-se resultados que pudessem auxiliar a compreender o nível da gestão ambiental local (ou gestão ambiental municipal) no estado da Bahia, permitindo uma comparação da situação do estado com os demais da região Nordeste e com o Brasil. A seguir apresentam-se os principais resultados obtidos com a análise.

Em relação aos eixos Planejamento Urbano, Recursos Humanos e Terceirização e Informatização não foram encontrados quaisquer resultados com relação mais específica com a gestão ambiental municipal, a fim de fornecer informações úteis para o presente estudo.

No eixo Planejamento Urbano, alguns resultados podem influenciar a análise da gestão ambiental municipal no Estado da Bahia. A Tabela 10 da pesquisa Munic apresenta os municípios com Plano Diretor no universo dos municípios brasileiros. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana dos municípios, previsto constitucionalmente (Art. 182), sendo obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes. Conforme consta na Constituição Federal, visa a “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, 1988, s.p.). Assim, tem estreita relação com a gestão ambiental municipal, uma das áreas de políticas públicas sob responsabilidade do município.

A Figura 1 apresenta uma comparação entre a quantidade total de municípios e aqueles que possuíam Plano Diretor elaborado em 2015, separados por Brasil, região Nordeste e estado da Bahia, conforme pesquisa Munic. Vê-se de acordo com os dados que, proporcionalmente, o número de municípios baianos com Plano Diretor é um pouco maior que o da região Nordeste (46% vs. 39%), porém ambos são inferiores aos valores considerando-se todo o País (50%). Todavia, como os dados não distinguem aqueles municípios que são constitucionalmente obrigados a elaborar o citado plano daqueles que não o são, os resultados devem ser analisados com essa ressalva.

Figura 1. Municípios com Plano Diretor elaborado no ano de 2015 no Brasil, na Região Nordeste e no Estado da Bahia

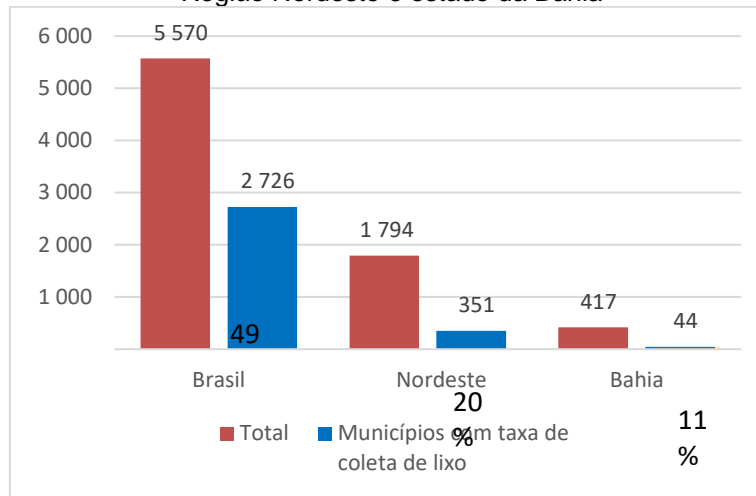


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em Ibge (2021).

No que se refere a existência de Plano Diretor, quando obrigatório para o Município, este era um requisito previsto no art. 7º, inciso V, da Resolução Cepam n. 3.925/2009, que após alterações feitas não mais subsistiu, pois não está como requisito previsto na LC n. 140/2011. No entanto, sabe-se da relevância do Plano Diretor para melhor planejamento das ações no Município, sendo de muita relevância a sua elaboração e implementação.

No tocante ao eixo Recursos para a Gestão não há dados específicos sobre a disponibilidade de recursos para a gestão ambiental. Contudo, uma das tabelas da Munic trata dos municípios que dispõem de Taxa de Coleta de Lixo. Considerando que o manejo de resíduos sólidos é um dos componentes do saneamento básico, e considerando a importância desse componente para a gestão ambiental, considera-se que a cobrança de taxa de coleta pode ser uma possível fonte de recursos para ações relativas à educação ambiental, fomento à coleta seletiva, entre outros, com possíveis impactos sobre a gestão ambiental municipal. Assim, a Figura 2 apresenta uma comparação entre o número total de municípios e aqueles que cobravam Taxa de Coleta de Lixo em 2015, separados por Brasil, Região Nordeste e estado da Bahia.

Figura 2. Municípios que cobravam Taxa de Coleta de Lixo em 2015, separados por Brasil, Região Nordeste e estado da Bahia



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em Ibge (2021).

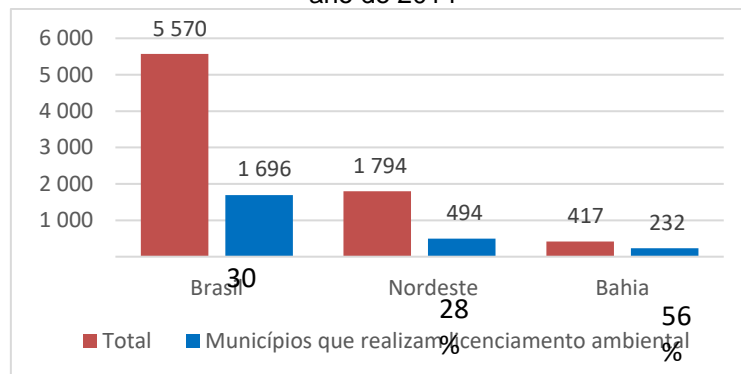
Pode ser observado na Figura 2 que apenas 11% dos municípios baianos cobram Taxa de coleta de lixo. Esse percentual é inferior ao obtido analisando-se os municípios da região Nordeste (20%) e bastante inferior ao obtido para todo o Brasil (49%). Assim, verifica-se que há uma significativa oportunidade de avanço nesse aspecto no estado da Bahia, o que pode representar fontes alternativas de recursos para ações de gestão ambiental local ou melhoria da qualidade dos serviços públicos relacionadas aos resíduos sólidos.

Com o advento da Lei n. 14.026/2020, que trouxe significativas alterações ao marco legal regulatório de saneamento básico, Lei n. 11.445/2007, modificando significativamente aspectos de relevância para acesso aos serviços públicos de saneamento básico, com equivocado estímulo para a privatização dos serviços, trouxe ainda alterações do art. 54 da Lei n. 12.305/2010, prevendo que os Municípios devem instituir cobrança para tais serviços, o que deverá ser implementado, progressivamente, sob pena de renúncia de receita e responsabilizações do gestor.

No eixo Gestão Ambiental, a pesquisa Município se levantou em 2015 a quantidade de municípios que realizavam o licenciamento ambiental, conforme licenças emitidas no ano de 2014. Além disso, também foi levantada o número de municípios com Cadastro Ambiental Rural implementado. As Figuras 3 e 4 apresentam, separados por Brasil, região Nordeste e estado da Bahia, o número

de municípios que realizavam o licenciamento ambiental e o número de municípios com Cadastro Ambiental Rural implementado, respectivamente.

Figura 3. Municípios que realizavam o licenciamento ambiental, conforme licenças emitidas no ano de 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em Ibge (2021).

Observa-se a partir dos dados da Figura 3 que, em termos de municípios aptos a emitir licenças ambientais, o estado da Bahia aproxima-se de quase 50% do total dos municípios que licencia no Nordeste, um quantitativo elevado considerando os outros estados, uma vez que 56% dos municípios baianos realizam o licenciamento ambiental, de acordo com os dados da Pesquisa MUNIC do Ibge, frente a apenas 28% dos municípios da Região Nordeste e 30% dos municípios do Brasil. Ressalta-se que os números estão abaixo do número de municípios baianos aptos a realizar o licenciamento ambiental, conforme informações do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC, 2023), que apresenta declaração de mais de 75% municípios baianos como capazes para o licenciamento ambiental, mas não avalia a qualidade do licenciamento ambiental.

Essa diferença pode-se dever ao fato de que a pesquisa Munic é de 2015, os dados do portal do Programa GAC da Bahia são mais recentes.

Observa-se que o fato do Município se declarar apto ao licenciamento, e assim estar divulgado no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente-Sema, no portal do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada-GAC, tem como consequência que o mesmo estará responsável por realizar o licenciamento ambiental das atividades previstas na Resolução do Cepam consideradas como

de impacto local, a partir do nível de complexidade que o município tenha indicado, diante da sua autonomia. No entanto, isso não significa dizer que o Município está efetivamente dispondo dos requisitos previstos na LC n. 140/2011 para licenciar. Todavia, quando se declara apto a licenciar em tal nível, não há que se falar em conflito de competência, pois o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-Inema não poderá atuar. O estado e a União não podem questionar a decisão do Município de realizar o licenciamento ambiental. E, cabe ressaltar que o licenciamento ambiental ocorrerá em apenas uma esfera da administração.

Considera-se exigido pela LC n. 140/2011 para o Município estar apto ao licenciamento ambiental três requisitos: possuir política municipal de meio ambiente; possuir órgão ambiental capacitado; e Conselho de Meio Ambiente ativo.

Interpretando os requisitos, Khoury (2018, p. 55) em publicação do Projeto Município Ecolegal realizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, vem dando como diretriz para a atuação do Ministério Público no Estado, traz a seguinte definição:

O Conselho de Meio Ambiente precisa ser ativo e deliberativo sobre as licenças ambientais. O Órgão Ambiental Capacitado deverá possuir técnicos em número suficiente para a demanda do município, atendendo ao previsto no tópico específico. Caso um dos dois requisitos não existam, não poderá o município licenciar e deverá ser feito o licenciamento ambiental pelo órgão estadual através da competência supletiva.

Importa dizer ainda que o licenciamento ambiental é ato de poder de polícia, indelegável, continuado, a ser exercido por profissionais habilitados concursados, do quadro, ou em consórcios ou em termo de cooperação, a partir das demandas do município, devendo possuir profissionais do meio físico, biótico e socioeconômico. Não é possível que o licenciamento seja exercido por equipe comissionada, ou contratada ou de consultoria apenas.

Levando-se em consideração os dados levantados pelo Projeto Município Ecolegal e o Programa Fiscalização Preventiva Integrada-FPI, observa-se que grande parte dos municípios se declararam capazes para realizar o licenciamento ambiental, mas não possuem seu Sismuma devidamente

estruturado, nem possuem os requisitos acima elencados e nem expertise para analisar os impactos ao meio ambiente. Grande parte do problema deve-se ao fato de que a maioria dos municípios não dispõe de equipe multidisciplinar que observe os impactos no meio abiótico, biótico e socioeconômico, além que não possuir um conselho de meio ambiente ativo e composto dos três segmentos (Poder Público, Sociedade Civil e), impossibilitando por parte da sociedade civil a análise dos impactos positivos e negativos que possam vir a acontecer no meio ambiente local, a partir da tomada de decisão.

Em relação ao eixo Articulação Interinstitucional, a pesquisa Munic levantou a quantidade de municípios que em 2015 faziam parte de consórcio público, por tema do consórcio. A Figura 4 apresenta o número de municípios que faziam parte de consórcio público na área de meio ambiente, em 2015, conforme dados da pesquisa Munic. De acordo com os dados, o estado da Bahia mostra um valor relativo maior que o da região Nordeste e o do Brasil.

Enquanto 45% dos municípios baianos fazem parte de consórcio público na área de meio ambiente, esse percentual é de apenas 17% dos municípios nordestinos e brasileiros. Isso pode ser fruto de ações mais efetivas do Estado da Bahia no fomento a tais consórcios, embora com limitação na composição das equipes. Como pode ser notado no sítio do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada do estado da Bahia na internet, uma das ações realizadas no âmbito desse Programa é o apoio e fomento aos consórcios públicos intermunicipais por meio de convênios para execução das atividades relativas à gestão ambiental (licenciamento ambiental, fiscalização, entre outras), sendo informado a disponibilização de equipamentos, apoio técnico, além de financiamento para contratação de equipe técnica de nível superior para operacionalização do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos-Seia (GAC, 2023).

Atualmente, existem 28 consórcios intermunicipais para a gestão ambiental municipal, com a expressiva maioria dos municípios que se declararam aptos a licenciar, fazendo parte integrante dos mesmos. Isso decorreu em razão do estímulo do Estado para que os municípios se consorciassem, mas também diante da exigência de que todos os municípios do

consórcio deveriam estar licenciando para que tivessem apoio com recursos do Estado. No entanto, não se consegue suprir a demanda de profissionais para o licenciamento ambiental mesmo com a presença de técnicos no Consórcio. Pode-se fazer essa afirmação porque mesmo nos 19 consórcios que o Estado está apoiando, apenas são assegurados dois profissionais especialistas para apoio aos Municípios no licenciamento ambiental (Quadro 01). E, em grande parte dos Consórcios, existem dois profissionais da mesma especialidade (em um consórcio apenas estão 2 biólogos, em outros 2 engenheiros ambientais, por exemplo) e assim, não é possível considerar que estejam presentes o mínimo de interdisciplinaridade, pois muitos municípios não possuem os demais profissionais para somar e se considerar com o Órgão Ambiental Capacitado.

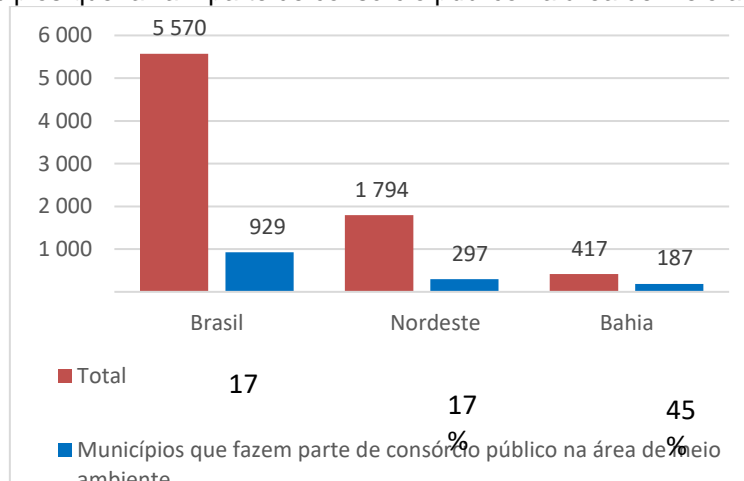
Por outro lado, o apoio do Estado aos consórcios não é permanente e nem assegura que todas as obrigações do Município para que atenda aos requisitos e possua efetivas condições de realizar a competência de licenciamento ambiental. Mas não resta dúvidas de que diante das dimensões do estado da Bahia, das dificuldades dos municípios em fazerem face a mais essa responsabilidade, o caminho escolhido pelo Estado para o Programa GAC, respaldada e apoiada pelo Consórcio é de grande contribuição para que se chegue a uma adequada gestão ambiental municipal. Pelo que se observa da análise dos relatórios disponibilizados pelo Projeto Município Ecolegal e pelo Programa FPI, observa-se a necessidade de que a equipe que integra os Consórcios seja multidisciplinar e os Municípios precisam investir nos Consórcios, de modo a assegurarem essa equipe mínima, bem como garantir a lotação de profissionais concursados na área ambiental, considerando os aspectos do Órgão Ambiental Capacitado referido acima.

Quadro 1. Consórcios de Desenvolvimento Sustentável existentes no estado da Bahia

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Nº de Municípios
CDS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL	16
CDS COSTA DO DESCOBRIMENTO- CONDESC	8
CDS DO TERRITÓRIO DO SISAL- CONSISAL	19
CDS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ	22
CDS DO TERRITÓRIO DO PIEMONTE DA DIAMANTINA	8
CDS DO VALE DO JEQUIRIÇÁ	19
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BACIA DO RIO CORRENTE – CIBARC	7
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA- CIMA	10
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE DA BAHIA- CONSID	19
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA – CONSTRUIR	13
CDS DO ALTO SERTÃO	17
CDS DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA	28
CDS DO TERRITÓRIO DO SERTÃO BAIANO	9
CDS DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	18
CDS DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO	16
CDS DO VELHO CHICO	9
CONSÓRCIO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO – CTR	16
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL- CIAPR	14
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO RIO DAS CONTAS- CIMURC	11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em GAC - Sema (2023).

Figura 4. Municípios que faziam parte de consórcio público na área de meio ambiente em 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em Ibge (2021).

Nota-se a partir dos dados apresentados anteriormente que, de uma maneira geral, o panorama da gestão ambiental no estado da Bahia aponta dados relativos maiores do que os da região Nordeste e do Brasil. O número de municípios baianos que estão aptos a emitirem licenças ambientais é

proporcionalmente bastante superior ao obtido na região Nordeste e no Brasil como um todo (56%, frente a 28% no Nordeste e 30% no Brasil).

Considera-se que o maior percentual de municípios baianos que fazem parte de consórcio público na área de meio ambiente em comparação com o Nordeste e o Brasil, como um todo também pode refletir em um nível maior de maturidade da gestão ambiental no estado da Bahia que na região Nordeste e no País. Enquanto 45% dos municípios baianos fazem parte de consórcio público na área de meio ambiente, apenas 17% dos municípios da região Nordeste e do Brasil o fazem. Ao unir forças com outros municípios por meio de consórcios intermunicipais é esperado que haja aumento na capacidade operacional dos municípios. Esse pode ser um fator que explica o maior percentual de municípios que realizam o licenciamento no estado da Bahia (56%), em comparação com o total de municípios do Nordeste (28%) e do Brasil (30%), conforme dados da pesquisa Munic de 2015 (Ibge, 2021).

Apresenta-se a seguir o panorama da gestão ambiental local no Estado da Bahia a partir das informações disponíveis no sítio eletrônico do Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC, 2021), considerando-se os preceitos estabelecidos na Resolução Cepram n. 4.579/2018) (Cepram, 2018). Para cada nível de competência municipal na gestão ambiental local são apresentadas as possibilidades de licenciamento ambiental para as ações e serviços públicos de saneamento básico, que contemplam abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Ressalta-se que o licenciamento ambiental é apenas um dos instrumentos de gestão ambiental. Sua aplicação isolada não configura uma gestão ambiental. Contudo, a partir deste ponto do trabalho, as informações apresentadas quanto à gestão ambiental local no Estado da Bahia focam nesse instrumento.

3.2 Resolução Cepam n. 4.579/2018 e o Licenciamento Ambiental local de Atividades Relativas a Saneamento Básico no Estado da Bahia

Atualmente, a Gestão Ambiental Compartilhada no estado da Bahia é regida principalmente por meio da Resolução Cepam n. 4.327/2013, bem como sua atualização com a Resolução Cepam n. 4.579/2018, que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos municípios e, entre outros, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência constitucional comum relativa à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas (Cepam, 2013). Todavia, ela não foi a primeira norma ambiental baiana a tratar da descentralização da gestão ambiental à esfera dos municípios, sendo precedida por alguns importantes dispositivos de gestão ambiental do Estado.

A Resolução Cepam n. 2.150, de 22 de outubro de 1999, por exemplo, aprovou o Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa do Estado com os órgãos municipais de meio ambiente, estabelecendo as diretrizes para essa cooperação técnica e administrativa, tendo como objetivo a descentralização da gestão ambiental, do licenciamento e da fiscalização de atividades de impacto ambiental local. Tal norma, voltada para municípios que possuíam Sistema de Gestão Ambiental, possibilitava aos municípios celebrarem convênio de cooperação com o estado da Bahia, por meio do Cepam, visando ao licenciamento ambiental de atividades de impacto local e à respectiva fiscalização pelo município. As atividades consideradas como de impacto ambiental local, e que seriam objeto de licenciamento ambiental municipal, eram determinadas no anexo do convênio de cooperação, sendo listadas de maneira individual para cada município que celebrava o convênio (Cepam, 1999).

Quase 10 anos depois foi publicada a Resolução Cepam n. 3.925, de 30 de janeiro de 2009, dispondo sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada, que visou a organização e ampliação da capacidade dos municípios baianos para a gestão ambiental municipal, por meio de normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente. Esse normativo previu a celebração de termo de cooperação técnica entre o estado

da Bahia e os municípios para apoio à descentralização da gestão ambiental, por meio de ações de capacitação, instituição de marcos legais e regulamentares, desenvolvimento de estruturas técnicas, organização de alternativas de financiamento do Sistema Municipal de Meio Ambiente, entre outros (Cepram, 2009). Considera-se que essa norma foi um avanço no processo de descentralização da gestão ambiental em relação à Resolução Cepram n. 2.150/1999. Enquanto no dispositivo de 1999 as iniciativas de descentralização eram individualizadas, formalizadas por meio de convênios de cooperação técnica celebrados entre cada município e o estado da Bahia, na norma de 2009 tais iniciativas passaram a fazer parte de um programa estadual de gestão ambiental compartilhada.

À época, para que fosse considerado apto a realização do licenciamento ambiental, o Município precisava apresentar a comprovação dos requisitos da Resolução ao Cepram, que avaliava e publicava uma portaria com o reconhecimento dessa capacidade de licenciar. Após a LC n. 140/2011, houve reformulações da Resolução do Cepram, ampliando as atividades e portes a serem licenciados pelos municípios, sendo retirados diversos requisitos anteriormente previstos e a partir de então, o Município, ente autônomo da federação, é que deve declarar-se capaz ou não capaz para o licenciamento ambiental para a Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia. Caso o Município se declare não capaz, o Estado deverá atuar supletivamente (Ligeiro, 2018).

Com a edição da Lei Complementar n. 140/2011 (Brasil, 2011), que regulamentou os incisos III, VI e VII do Art. 23 da Constituição Federal, foi atualizada a legislação ambiental do estado da Bahia que tratou da descentralização da gestão ambiental aos municípios, sendo editada a Resolução Cepram n. 4.327/2013. O normativo estadual define como impacto ambiental de âmbito local,

qualquer alteração direta das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade

dos recursos ambientais, **dentro dos limites territoriais do Município** (Cepam, 2013, grifos nossos).

Em 2018, a referida Resolução foi atualizada, sendo publicada a Resolução Cepam n. 4.579/2018. De acordo com esta resolução, para o município estar apto a exercer as ações administrativas de gestão ambiental definidas na referida Resolução, deve possuir Sistema Municipal de Meio Ambiente e atender às seguintes condições: i) Possuir legislação própria tratando da política de meio ambiente e da polícia ambiental administrativa; ii) Possuir Conselho Municipal de Meio Ambiente implementado e em funcionamento, com regimento interno aprovado e previsão de reuniões ordinárias; e iii) Possuir órgão responsável com capacidade administrativa e técnica para o licenciamento, controle e fiscalização das infrações ambientais e para implementação das políticas de planejamento territoriais (Cepam, 2013).

Além disso, o normativo estabelece em seus anexos os empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local. No Anexo I, para cada tipologia de empreendimento, são definidas as classes (de 1 a 6) que cada nível (de 1 a 3) pode licenciar. Em relação às ações diretamente relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, o anexo estabelece o que é apresentado nos Quadros 2, 3, 4 e 5.

No Quadro 2 pode-se observar que a Resolução Cepam n. 4.579/2018 estabelece como aptos ao licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos relativos aos serviços públicos de abastecimento de água os municípios definidos como de nível 2 ou 3. Assim, municípios cuja gestão ambiental é definida em nível 1 não podem licenciar tais atividades. Por sua vez, estão permitidos ao licenciamento ambiental municipal apenas os empreendimentos ou atividades classificadas como classe 1 (pequeno porte e pequeno potencial poluidor) ou 2 (médio porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e médio potencial poluidor).

Quadro 2. Tipologia e porte do empreendimento e atividade sujeitos ao licenciamento ambiental - Abastecimento de Água

CÓDIGO	TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	COMPETÊNCIA		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo E4: Serviços de Abastecimento de Água					CLASSE DO EMPREENDIMENTO		
E4.1	Construção ou Ampliação de Sistema de Abastecimento Público de Água (Captação, Adução, Tratamento, Reservação)	Vazão Média (l/s)	Pequeno $\geq 0,5 < 50$ Médio $\geq 50 < 600$ Grande ≥ 600	P		C1	C1 e C2

Fonte: Cepram (2018).

De acordo com o Quadro 3, pode ser observado que em relação aos serviços públicos de esgotamento sanitário, a Resolução Cepram n. 4.579/2018 é ainda mais rigorosa. Só podem ser considerados aptos ao licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos dessa área os municípios definidos como de nível 3. Assim, municípios cuja gestão ambiental é definida em nível 1 ou 2 não podem licenciar quaisquer atividades na área de esgotamento sanitário. Além disso, estão permitidos ao licenciamento ambiental municipal apenas os empreendimentos ou atividades classificadas como classe 4 (de pequeno porte e alto potencial poluidor ou de grande porte e pequeno potencial poluidor, de acordo com a referida Resolução). Ou seja, dentre as 6 possíveis classes de empreendimento, os municípios podem ser aptos a licenciar apenas um.

Quadro 3. Tipologia e porte do empreendimento e atividade sujeitos ao licenciamento ambiental - Esgotamento sanitário

CÓDIGO	TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	COMPETÊNCIA		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo E5: Serviços de esgotamento sanitário coleta, transporte, tratamento e disposição de esgotos domésticos (inclusive interceptores e emissários)					CLASSE DO EMPREENDIMENTO		
E5.1	Construção ou Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário (Redes de Coleta, Interceptores, Tratamento e Disposição Final de Esgotos Domésticos)	Vazão Média (l/s)	Pequeno $\geq 0,5$ < 50 Médio ≥ 50 < 600 Grande ≥ 600	A			C4

Fonte: Cepram (2018).

No Quadro 4 pode ser observado o que foi definido pela Resolução Cepram n. 4.579/2018 no tocante à drenagem e manejo de águas pluviais. Quanto a esse componente dos serviços públicos de saneamento básico, tanto para construção de canais quanto para retificação de cursos d'água, o normativo estadual definiu que só podem ser considerados aptos ao licenciamento ambiental os municípios definidos como de nível 2 ou 3. Assim, municípios cuja gestão ambiental é definida em nível 1 não podem licenciar tais atividades, no campo da drenagem e manejo de águas pluviais. Por sua vez, estão permitidos ao licenciamento ambiental municipal apenas os empreendimentos ou atividades classificadas como classe 2 (médio porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e médio potencial poluidor) ou 3 (médio porte e médio potencial poluidor). Considerando-se que são possíveis 6 diferentes classes, de acordo com o porte ou potencial poluidor do empreendimento, um número reduzido de possibilidades é permitido à gestão ambiental municipal.

Quadro 4. Tipologia e porte do empreendimento e atividade sujeitos ao licenciamento ambiental - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

CÓDIGO	TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	COMPETÊNCIA		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo F3: Canais					CLASSE DO EMPREENDIMENTO		
F3.1	Canais	Vazão (m³/s)	Pequeno < 2,0 Médio ≥ 2,0 < 6,0 Grande ≥ 6,0	M		C2	C2 e C3
Grupo F4: Retificação de Cursos D'Água					CLASSE DO EMPREENDIMENTO		
F4.1	Retificação de Cursos d'Água	Extensão (Km)	Pequeno < 10 Médio ≥ 10 < 30 Grande ≥ 30	M		C2	C2 e C3

Fonte: Cepram (2018).

No Quadro 5 pode-se verificar o que foi definido pela Resolução Cepram n. 4.579/2018 no tocante ao manejo de resíduos sólidos. Para esse componente dos serviços públicos de saneamento básico, a Resolução dispensou tratamento diferenciado, dependendo da etapa do gerenciamento de resíduos. Assim, para unidades de compostagem ou de triagem de materiais, municípios nos três níveis podem licenciar, sendo que municípios com nível 1 de estruturação da gestão ambiental só podem licenciar atividades classe 2 (médio porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e médio potencial poluidor). Municípios de nível 2 podem licenciar atividades de classe 2 e 3 (médio porte e médio potencial poluidor). E municípios no maior nível possível (nível 3) podem licenciar atividades de classe 2, 3 e 5 (grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e alto potencial poluidor).

Para reciclagem de materiais metálicos, papel, papelão, vidro e similares, plásticos e para áreas de bota-fora, municípios nos três níveis também podem licenciar. Porém, municípios com nível 1 de estruturação da gestão ambiental só podem licenciar atividades de classe 1 (pequeno porte e pequeno potencial poluidor). Municípios de nível 2, por sua vez, podem licenciar atividades de classe 1 e 2 (médio porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e médio potencial poluidor). E municípios no maior nível possível (nível 3) podem licenciar

atividades de classe 1, 2 e 4 (grande porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e alto potencial poluidor).

Já para o licenciamento de aterros sanitários, unidades de disposição final de rejeitos, a Resolução Cepam n. 4.579/2018 é mais rigorosa. Só podem ser considerados aptos ao licenciamento ambiental dessas atividades ou empreendimentos os municípios definidos como de nível 3. Assim, municípios cuja gestão ambiental é definida em nível 1 ou 2 não podem licenciar quaisquer atividades ou empreendimentos relativos a aterros sanitários. Além disso, estão permitidos ao licenciamento ambiental municipal apenas os empreendimentos ou atividades classificadas como classe 4 (pequeno porte e alto potencial poluidor ou de grande porte e pequeno potencial poluidor). Ou seja, dentre as 6 possíveis classes de empreendimento, os municípios podem ser aptos a licenciar apenas um.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA NO ESTADO DA BAHIA: ANÁLISE DO ESTÁGIO ATUAL EM RELAÇÃO AO LICENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 5. Tipologia e porte do empreendimento e atividade sujeitos ao licenciamento ambiental - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

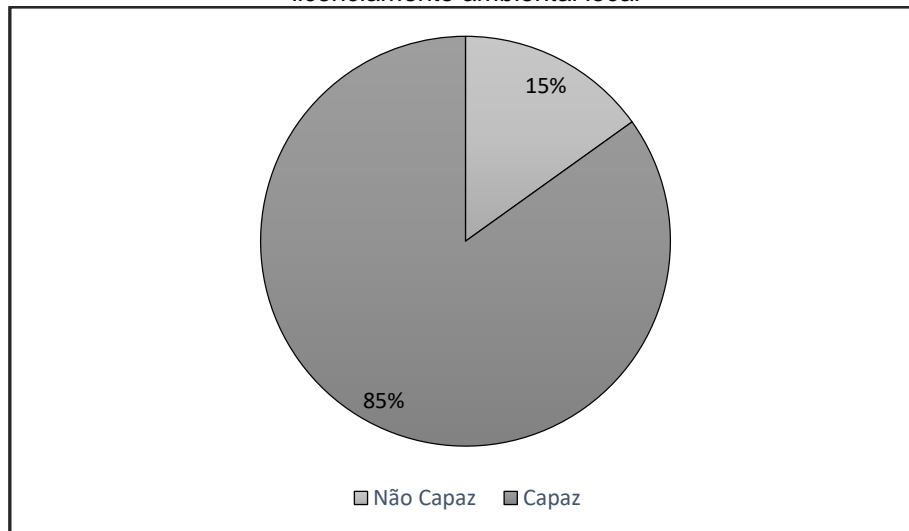
CÓDIGO	TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	COMPETÊNCIA		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo E6: Serviços de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos (coleta, transporte, tratamento e disposição final)					CLASSE DO EMPREENDIMENTO		
E6.1	Usinas de Compostagem e Triagem de Materiais e Resíduos Urbanos	Quantidade Operada (t/dia)	Pequeno $\geq 5 < 30$ Médio $\geq 30 < 200$ Grande ≥ 200	M	C2	C2 e C3	C2, C3 e C5
E6.2	Reciclagem de Materiais Metálicos, Triagem de Materiais Recicláveis (Que Inclua Pelo Menos Uma Etapa do Processo de Industrialização)	Capacidade de Processamento (t/Dia)	Pequeno $\geq 2 < 6$ Médio $\geq 6 < 20$ Grande ≥ 20	P	C1	C1 e C2	C1, C2 e C4
E6.3	Reciclagem de Papel, Papelão e Similares, Vidros e de Materiais Plásticos	Capacidade Instalada (t/dia)	Pequeno $\geq 2 < 50$ Médio $\geq 50 < 150$ Grande ≥ 150	P	C1	C1 e C2	C1, C2 e C4
E6.4	Aterros Sanitários	Produção (t/dia)	Pequeno < 100 Médio $\geq 100 < 500$ Grande ≥ 500	A			C4
E6.5	Áreas de Bota-Fora	Área Total (ha)	Pequeno $\geq 1 < 20$ Médio $\geq 20 < 100$ Grande ≥ 100	P	C1	C1 e C2	C1, C2 e C4

Fonte: Cepram (2018).

A Figura 5 apresenta a situação dos municípios baianos quanto à capacidade de exercer o licenciamento ambiental local, a partir de dados do site do Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada da Bahia, coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente-Sema do estado da Bahia (GAC, 2023). Deve-se ressaltar que os dados são atualizados com frequência. Ressalta-se que o município com classificação mais antiga é Brumado, com data de 1/9/2009, há mais de 13 anos. Isso indica um tempo razoável do processo de

gestão ambiental compartilhada no estado da Bahia, antes mesmo da edição da Lei Complementar n. 140/2011.

Figura 5. Situação dos municípios baianos quanto à informação da capacidade de exercer o licenciamento ambiental local



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em GAC (2023).

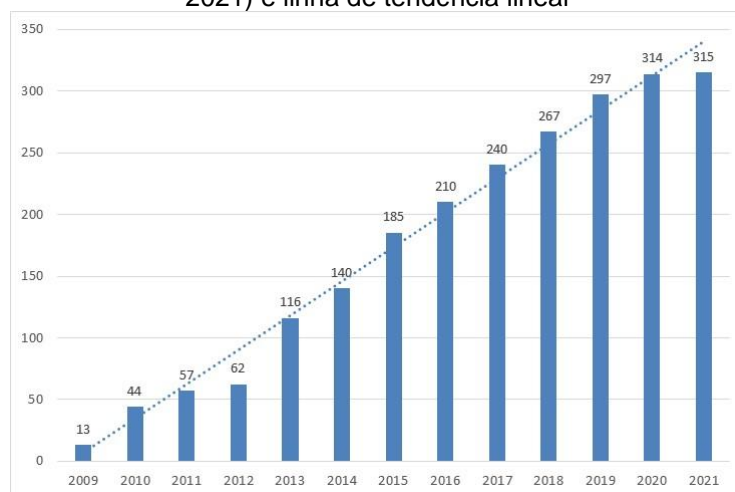
Pode-se verificar que dos 417 municípios baianos, 354 se declararam **capazes** de exercer o licenciamento ambiental local, em 2023, nos termos da Resolução Cepam n. 4.579/2018, ou seja, 84% deles encontram-se aptos a exercer tal atribuição. Entende-se que esse percentual representa uma quantidade significativa de municípios, indicando o avanço em termos quantitativos do processo de descentralização da gestão ambiental no estado da Bahia (GAC, 2023). Além disso, ao se considerar as condições necessárias para o município estar apto a realizar o licenciamento ambiental local, pode-se esperar que pelo menos 354 municípios baianos possuam legislação própria tratando da política de meio ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente implementado e em funcionamento e órgão ambiental em sua estrutura administrativa responsável pelo licenciamento (Cepam, 2013).

Mas a realidade encontrada diverge da declaração de capacidade feita pelos Municípios, uma vez que grande número desses não possui condições para exercer esse papel, seja por falta de equipe interdisciplinar, ausência de estrutura física e administrativa, falta de conselhos municipais de meio ambiente

com reuniões periódicas com deliberação acerca das licenças, por possuírem muitas vezes licenças concedidas sem o devido processo de licenciamento, com estudos e documentos ambientais inadequados ou até mesmo inexistentes.

Desses 354 municípios, 200 (63%) tiveram seu status definido após a publicação da referida Resolução. Contudo, ao se avaliar a quantidade de municípios declarados capazes de licenciar atividades locais ano a ano, conforme Figura 6, vê-se uma evolução praticamente linear desde 2009, ano em que foi publicada a Resolução Cepam n. 3.925/2009 que criou o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada e que teve o primeiro município declarado capaz de licenciar (Brumado, em 1/9/2009). Assim, considera-se que, mais do que um marco exclusivo do processo de descentralização da gestão ambiental, a Resolução Cepam n. 4.579/2018 deve ser entendida como parte importante de um esforço de descentralização da gestão ambiental compartilhada no estado da Bahia desde a criação do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada em 2009.

Figura 6. Municípios baianos capazes de realizar licenciamento ambiental (evolução de 2009 a 2021) e linha de tendência linear



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em GAC (2021).

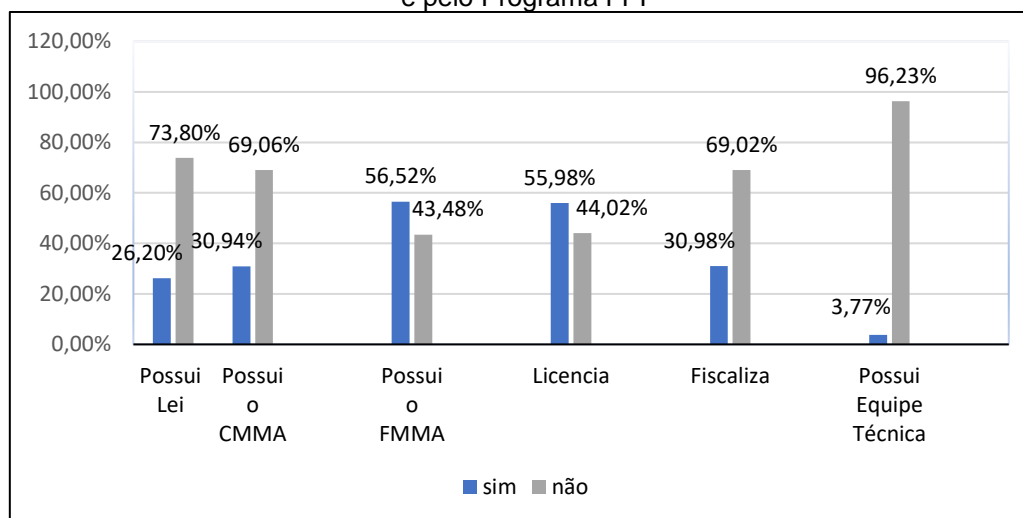
Entende-se que tal processo é influenciado tanto pelas iniciativas do Estado da Bahia voltadas para o fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente, quanto por movimentos difusos de diferentes campos da sociedade, tais como órgãos de fiscalização, a exemplo do Ministério Público do Estado da

Bahia, que desde 2011 possui projeto voltado a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente, que realiza diagnósticos dos sistemas municipais de meio ambiente subsidiando, entre outros, operações de fiscalização e a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta-TAC (MPBA, 2021).

O Projeto Município Ecolegal e o Programa de FPI vêm levantando a situação da Gestão Ambiental Municipal no Estado da Bahia, aplicando questionário com o intuito de verificar como se encontra a estrutura dos municípios, bem como seus limites e potencialidades para o enfrentamento dos danos ambientais locais. Com esse diagnóstico é possível obter um melhor conhecimento da situação dos municípios baianos.

No âmbito desses programas “analisa-se ainda se o Município está cumprindo a sua responsabilidade de realizar ações de fiscalização ambiental, avaliando os autos que estão sendo emitidos e, se o município estiver licenciando, se está respeitando as formalidades legais, ouvindo o Conselho de Meio Ambiente, e se possui equipe técnica adequada, concursada e capacitada para tanto” (Khoury; Araújo, 2014, p.134).

Figura 7. Diagnóstico da Gestão Ambiental Municipal levantada pelo Projeto Município Ecolegal e pelo Programa FPI



Fonte: Projeto Município Ecolegal, 2023.

É possível concluir por meio do diagnóstico realizado pelo Projeto Município Ecolegal e pelo Programa FPI (Figura 7), que dos 249 municípios analisados 26,20% possui a Lei da Política Municipal de Meio Ambiente e

73,80% não possui ou possui e precisa de adequação. Em relação ao Conselho Municipal de Meio Ambiente 30,94% estão ativos e 69,06% inativos. Quanto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente 56,52% dos municípios dispõem do mesmo instituído e 43,48% não possui previsão legal ou não possui uma conta própria. No que se refere ao Licenciamento Ambiental, 55,98% dos Municípios inspecionados licenciam, enquanto 44,02% não licenciam. Os municípios inspecionados que fiscalizam correspondem a 39,98% e os que não fiscalizam são 69,02%, e no que trata da existência de equipe técnica habilitada, própria e multidisciplinar observa-se que apenas 3,77% de municípios dispõem da mesma. Desta forma, tem-se um número expressivo de municípios que licencia sem uma equipe técnica multidisciplinar, da mesma forma sem suas leis norteadoras e sem realizar fiscalização ambiental.

Por outro lado, 59 municípios baianos se declararam **não capazes** de exercer o licenciamento ambiental local. Assim, nos termos da Lei Complementar n. 140/2011 e da Resolução Cepam n. 4.327/2013, para esses casos instaura-se a competência supletiva do Estado da Bahia, conforme o seguinte artigo da citada Resolução:

Art. 10 - A não capacidade municipal caracterizada pela inexistência e/ou inaptidão de órgão ambiental capacitado ou de Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo, dará ensejo à instauração da competência supletiva do Estado para o desempenho das ações administrativas de licenciamento e da autorização ambiental, nos termos do art. 15, II da Lei Complementar n. 140, de 2011 (Cepam, 2013, p. 5).

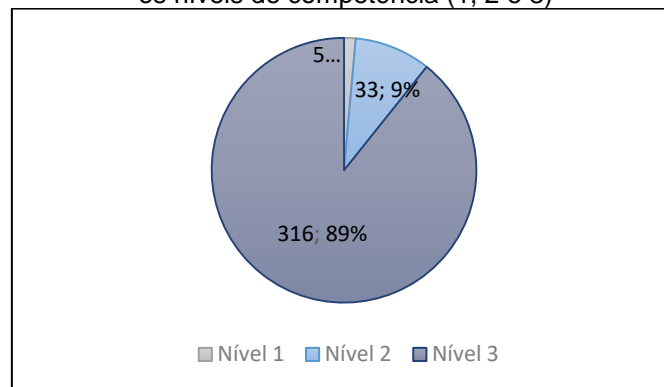
Nestes casos, o licenciamento ambiental é exercido pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Estado da Bahia, criada por meio da Lei Estadual n. 12.212, de 4 de maio de 2011 (Bahia, 2011), que tem como objetivo executar as ações e programas relacionados com as Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, de Recursos Hídricos e de Mudança do Clima (Inema, 2015). Entre as competências do Inema previstas na Lei Estadual n. 12.212/2011 encontra-se a de expedir licenças ambientais, além de emitir anuência prévia para implantação de empreendimentos e/ou atividades em

unidades de conservação estaduais, bem como autorizar a supressão de vegetação, e conceder outorga de direito de uso de recursos hídricos, entre outros (Bahia, 2011).

Por sua vez, 4 (quatro) municípios baianos **não informaram** se são ou não capazes de exercer o licenciamento ambiental local (1% do total de municípios do Estado). Nesses casos, conforme art. 7º, parágrafo único, da Resolução Cepam n. 4.327/2013, considera-se que “todas as atividades de impacto local foram recepcionadas e, portanto, todos os 03 (três) níveis previstos no Anexo Único desta Resolução passarão à competência municipal” (Cepam, 2013, p. 5). Entende-se que, dessa forma, o estado da Bahia se exime da responsabilidade pelo licenciamento de tais atividades.

A Figura 8 apresenta a distribuição dos municípios baianos aptos ao licenciamento ambiental local conforme os níveis de competência (1, 2 e 3) previstos na Resolução Cepam n. 4.579/2018.

Figura 8. Distribuição dos municípios baianos aptos ao licenciamento ambiental local conforme os níveis de competência (1, 2 e 3)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em GAC (2023).

Dentre os 354 municípios que se declararam capazes de exercer o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades locais no estado da Bahia, a grande maioria (316 ou 89% dos municípios aptos) possui o nível de competência 3, o maior. Assim, podem licenciar atividades ou empreendimentos relativos aos serviços públicos de abastecimento de água da classe 1 (pequeno porte e pequeno potencial poluidor) e da classe 2 (médio porte e pequeno potencial poluidor ou pequeno porte e médio potencial poluidor). Quanto aos

serviços públicos e atividades de esgotamento sanitário, eles podem licenciar empreendimentos de classe 4 (que seria de pequeno porte e alto potencial poluidor ou de grande porte e pequeno potencial poluidor, pela referida Resolução) (Ceptram, 2013).

Em relação à drenagem e manejo de águas pluviais tais municípios podem licenciar atividades e/ou empreendimento da classe 2 ou 3 (médio porte e médio potencial poluidor) tanto para construção de canais quanto para retificação de cursos d'água. Por fim, nas ações de manejo de resíduos sólidos para unidades de compostagem ou de triagem de materiais, podem licenciar as classes 2, 3 e 5 (grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e alto potencial poluidor). Para reciclagem de materiais metálicos, papel, papelão, vidro e similares, plásticos e para áreas de bota-fora, municípios no nível 3 podem licenciar a classe, classe 2 e classe 4. O licenciamento de aterros sanitários estão permitidos ao licenciamento ambiental local apenas os empreendimentos ou atividades classificadas como classe 4.

Além disso, 33 municípios baianos possuem o nível de competência 2 para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades locais, o que representa 9% dos 354 municípios que se declararam capazes de exercer o licenciamento. Assim, podem licenciar atividades ou empreendimentos relativos aos serviços públicos de abastecimento de água da classe 1. Todavia, tais municípios não podem efetuar o licenciamento ambiental de nenhum empreendimento ou atividade relativa à construção ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, tendo em vista que apenas municípios do nível 3 podem exercer essa competência de acordo com a Resolução Ceptram n. 4.579/2018.

No tocante à drenagem e manejo de águas pluviais os municípios de nível 2 podem licenciar atividades e/ou empreendimento da classe 2, tanto para construção de canais quanto para retificação de cursos d'água. Por fim, nas ações de manejo de resíduos sólidos para unidades de compostagem ou de triagem de materiais, tais municípios podem licenciar as classes 2 e 3. Para reciclagem de materiais metálicos, papel, papelão, vidro e similares, plásticos e para áreas de bota-fora, municípios no nível 2 podem licenciar a classe 1 e a

classe 2. Por fim, tais municípios não podem licenciar aterros sanitários, os quais somente são permitidos para municípios com nível de competência 3.

Por sua vez, apenas 5 municípios baianos possuem o nível de competência 1 para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades locais, o que representa menos de 2% dos 354 municípios que se declararam capazes de exercer o licenciamento. De acordo com a Resolução Cepam n. 4.579/2018, tais municípios não podem licenciar quaisquer atividades ou empreendimentos relativos à construção ou ampliação de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário ou de drenagem e manejo de águas pluviais.

A competência desses municípios quanto às ações e serviços públicos de saneamento básico limitam-se ao componente manejo de resíduos sólidos. Eles podem licenciar unidades de compostagem ou de triagem de materiais relativos à classe. Além disso, podem também licenciar atividades relativas à reciclagem de materiais metálicos, papel, papelão, vidro e similares, plásticos e áreas de bota-fora de classe 1. Porém, tais municípios não podem licenciar aterros sanitários, que apenas são permitidos para municípios com nível de competência 3.

4. Conclusão

Na Constituição Federal de 1988 foram definidas como competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, além da necessidade de preservar a flora, as florestas e a fauna. Conforme foi visto no decorrer deste trabalho, prevalece no Brasil a divisão de competências segundo o princípio da predominância no interesse, em que as competências de interesse nacional seriam de responsabilidade da União, as de interesse regional seriam de competência dos estados e aquelas de interesse local caberiam aos municípios. Dessa forma, entende-se que cada ente da federação deve promover tais preceitos com vistas à proteção do meio ambiente, no limite de sua atribuição conforme a predominância de interesse.

Após a promulgação da Lei Complementar n. 140/2011, foram estabelecidos critérios específicos para repartição de competência pela gestão ambiental entre os entes federados, em especial quanto ao licenciamento ambiental. Assim, estabeleceu-se que é dos municípios a responsabilidade primária pela gestão ambiental cujo impacto seja local. Além disso, definiu-se que o Estado só é responsável por desempenhar tais ações no âmbito municipal em caráter supletivo, no caso de inexistência dos requisitos legais: Política Municipal de Meio Ambiente, Órgão Ambiental Capacitado e Conselho de Meio Ambiente Ativo e mediante solicitação do município, com a sua declaração de não capaz para a atuação do licenciamento ambiental ou até por decisão judicial assim determinando a atuação do órgão estadual constatada a ausência dos requisitos ainda que não seja assim considerado pelo ente Municipal.

Observou-se que o processo de descentralização da gestão ambiental ao nível dos municípios, por meio de uma gestão ambiental compartilhada ou gestão ambiental local, promoveu, entre outros, uma maior agilidade nos processos de licenciamento de atividades consideradas de impacto local. Além disso, foram obtidas novas oportunidades de acesso a recursos para a gestão ambiental local por meio da cobrança de taxas de licenciamento ou do uso dos condicionantes de licenças, mas essa finalidade de geração de recursos não deve ser a preponderante, uma vez que ao se declarar capaz para o licenciamento ambiental o Município possui obrigações com o controle ambiental da atividade a ser licenciada, assumindo inclusive responsabilidades por promover o devido processo legal do licenciamento ambiental. Por outro lado, a qualidade dos processos de licenciamento ambiental deixa a desejar, devido à falta de corpo técnico específico multidisciplinar para tratar da temática, deliberação por conselho municipal de meio ambiente, entre outros. Assim, apesar de os municípios atualmente disporem de autonomia para organizar sua gestão ambiental local, a maioria deles possui uma estruturação com deficiência, devido à falta de incentivos financeiros, compromisso ético e de sensibilidade para a qualidade ambiental, e a interação entre eles e as demais esferas de governo responsáveis pelo meio ambiente mostra-se fundamental para o acesso

a recursos, bens, serviços, capacitações, entre outros, essenciais para uma adequada gestão ambiental municipal.

Neste trabalho, foi apresentada uma análise da situação da Gestão Ambiental Compartilhada-GAC do estado da Bahia, instituída por meio da Resolução n. 4.579/2018, do Conselho Estadual de Meio Ambiente-Cepram, apresentando seu estágio atual no tocante às ações de saneamento básico, campo das políticas públicas com grande interação com a área de meio ambiente.

Analisando-se a gestão ambiental no estado da Bahia a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Munic do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada em 2015, verificou-se que o panorama da gestão ambiental no estado da Bahia aponta dados com maior valor relativo quando comparados com os do Nordeste e do Brasil. O número de municípios baianos que realizam o licenciamento ambiental, por exemplo, é relativamente superior ao obtido na região Nordeste e no Brasil como um todo (56%, frente a 28% no Nordeste e 30% no Brasil). Além disso, o número de municípios baianos que fazem parte de consórcio público na área de meio ambiente é maior que os da região Nordeste e do Brasil. Esses números mostram que, em termos numéricos, a gestão ambiental no estado da Bahia cresceu relativamente mais que na região Nordeste e no Brasil, mas do ponto qualitativo esse avanço ainda precisa ocorrer a partir da implementação dos requisitos para o licenciamento pelos Municípios, de modo a que os processos de licenciamento ambiental promovidos por este ente federado signifique maior proteção ambiental, o que não foi constatado pelos trabalhos realizados até o momento pelo Projeto Município Ecolegal.

Considerando os dados do Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada-GAC, verificou-se que a maioria dos municípios baianos se declararam capazes de realizar o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de impacto local, totalizando 354 dos 417 municípios do Estado. Desses, a grande maioria (316 ou 89% dos municípios aptos) possui o nível de competência 3, o maior, podendo licenciar algumas atividades ou empreendimentos relativos aos serviços públicos de abastecimento de água, de

esgotamento sanitário, de drenagem e manejo de águas pluviais e de manejo de resíduos sólidos. Por sua vez, 33 municípios baianos, que correspondem a 9% dos municípios aptos a licenciar, possuem o nível de competência 2 para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades locais. Apenas 5 (cinco) municípios (2%) possuem o nível de competência 1 para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades locais.

Além disso, 63 municípios, ou 15% dos municípios do estado da Bahia, declararam-se não capazes de exercer o licenciamento ambiental local. Assim, nos termos da Lei Complementar n. 140/2011 e da Resolução Cepam n. 4.579/2018, para esses casos instaura-se a competência supletiva do Estado da Bahia, que é exercida por meio do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-Inema.

Desse modo, com os dados obtidos pela FPI e Município Ecolegal, pode-se observar que a maioria dos municípios não estão estruturados conforme a Lei Complementar n. 140/2011 e não dispõe de estrutura para licenciar.

Os resultados obtidos sugerem que a gestão ambiental local no Estado da Bahia alcança, em termos relativos de municípios, um percentual maior, em comparação com a região Nordeste e o Brasil como um todo, mas é fundamental atentar para as condições de que esses municípios dispõe para realizar com qualidade as análises dos processos de licenciamento ambiental, para que se possa afirmar que o número maior de municípios capazes para o licenciamento ambiental repercute em uma ampliação da proteção do meio ambiente.

Compreendendo-se que o Município é o espaço das práticas sociais, estando o órgão ambiental municipal mais próximo da população e mais diretamente impactado pelos diversos empreendimentos, pois é no espaço local onde ocorrem os impactos socioambientais, é preciso que a estruturação dos municípios baianos ocorra, cumprindo os requisitos, possuindo análises técnicas qualificadas, com apoio inclusive dos Consórcios, com ampliação da participação social por meio dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e com o aperfeiçoamento da gestão ambiental local por meio de Políticas Municipais de Meio Ambiente efetivas. Desse modo, o número de Municípios declarando a sua capacidade para licenciar permitirá que seja traduzida em uma maior proteção

do meio ambiente local e de melhores ações e serviços públicos de saneamento básico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. V. D. de. **Ambiente institucional-normativo de acesso aos recursos públicos do saneamento básico**: estudo das limitações a partir de pleitos do PAC Funasa para esgotamento sanitário na Bahia. 2016. 304p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ARAÚJO, S. C. Competência em matéria de licenciamento ambiental: do conflito à solução? **R. Fac. Dir.**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 499-538, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistadireito.ufc.br/index.php/revdir/article/view/45/51>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BAHIA. **Lei n. 12.212, de 4 de maio de 2011**. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Publicado no DOE de 5.5.2011.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução Conama n. 237, de 19/12/1997**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais**: caderno de licenciamento ambiental. Brasília, 2009.

_____. **Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011**. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas, entre outros, à proteção do meio ambiente. Brasília, 2011. Publicado no DOU de 9.12.2011 e retificada em 12.12.2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

CARVALHO, P. G. M.; OLIVEIRA, S. M. M. C.; BARCELLOS, F. C.; ASSIS, J. M. Gestão Local e Meio Ambiente. **Ambiente & Sociedade**. v. VIII, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2005.

CHIESA, M. A. S. Gestão ambiental: entraves e perspectivas para a municipalização no estado do Espírito Santo. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**-Painel 40: Gestão dos municípios II, I., 2009, Brasília. Anais... Brasília, 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - Cepam. **Resolução Cepam n. 2.150, de 22 de outubro de 1999.** Aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente. Salvador, 1999. Publicado no DOE de 8.11.1999.

_____. **Resolução Cepam n. 3.925, de 30 de janeiro de 2009.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências. Salvador, 2009. Publicado no DOE de 4.3.2009.

_____. **Resolução Cepam n. 4.327, de 31 de outubro de 2013.** Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar n. 140/2011, e dá outras providências. Salvador, 2013. Publicado no DOE de 3.12.2013.

_____. **Resolução Cepam n. 4.579, de 06 de março de 2018.** Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar n. 140/2011, e dá outras providências. Salvador, 2018. Publicado no DOE de 06.03.2018.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA-GAC. Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia-Sema. Disponível em: <<http://gac.meioambiente.ba.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHERME, F. C.; HENKES, J. A. A execução do licenciamento ambiental no município de Itaguaí - RJ. **Rev. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 82-146, out. 2012/mar. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/997/998>. Acesso em: 13 fev. 2019.

HELLER, L. Política pública e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e suas interfaces: a perspectiva da saúde pública. In: HELLER, Léo; CASTRO, José Esteban (Orgs.). **Política pública e gestão de**

serviços de saneamento. ed. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. cap. 7, p. 179-195.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Ibge. **Ibge Cidades.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC).** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - Inema. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/quem-somos-2/institucional/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

KHOURY, L. E. C.; ARAÚJO, P. (Org.). **Velho Chico A experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia.** 1.ed. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.

KHOURY, L.E.C.; ARAÚJO, P. (Org.). **Os Desafios da implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.** Brasília: MMA; Salvador: Ministério Público da Bahia; São Paulo: Phábrica de Produções, 2018.

KHOURY, L. E. C. Os Sistemas Municipais de Meio Ambiente e os Deveres da Administração Ambiental. In: KHOURY, L.E.C.; ARAÚJO, P. (Org.) **Os Desafios da implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.** Brasília: MMA; Salvador: Ministério Público da Bahia; São Paulo: Phábrica de Produções, 2018, p. 37-58.

LEME, T. N. Os Municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente. **Planejamento e políticas públicas, ppp**, n. 35, p. 25-52, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/196>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

LIGEIRO, I. C. O Licenciamento Ambiental Municipal e a Resolução Cepam n. 4.327/2013 – Isabel Cristina Ligeiro. In: KHOURY, L.E.C.; ARAÚJO, P. (Org.) **Os Desafios da implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.** Brasília: MMA; Salvador: Ministério Público da Bahia; São Paulo: Phábrica de Produções, 2018, p. 301-317.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA. **Câmara Temática do Sistema Municipal de Meio Ambiente.** Disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/conteudo/sistema-municipal-de-meio-ambiente>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

MORESI, E. (Organizador). **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília, 2003.

NEVES, E. M. S. C. **Diagnóstico da gestão ambiental municipal no Estado do Pará. Programa Municípios Verdes**. Projeto PMV / IMAZON / CLUA. 2013. Disponível em: <[http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/files/999816d7a617e650c796109566e1337c/7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215/PMV_CLUA_RelatorioGestaoAmbiental_Final_31032014%20\(1\).pdf](http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/files/999816d7a617e650c796109566e1337c/7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215/PMV_CLUA_RelatorioGestaoAmbiental_Final_31032014%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PAIM, J. S. Universalidade, integralidade e equidade. In: REZENDE, Sonaly Cristina (org.). **Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011. p. 20-58. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/PANORAMA_vol_7.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2.ed. revista. Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental. Brasília: Ibama, 2006.

VIEIRA, J. T.; WEBER, E. O licenciamento ambiental como forma de efetivação da autonomia municipal e do desenvolvimento sustentável. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1731, 28 mar. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11099>>. Acesso em: 11 fev. 2019.